

Universidade de Brasília
Departamento de Economia
Disciplina: Economia do Trabalho
Professor: Carlos Alberto
Período: 1/2015
Segunda Prova

Questões.

1. Assuma a seguinte função de produção: $Q = 10 (300 L - L^2)$. A oferta de trabalho está dada pela seguinte expressão: $L_s = 0.05 (w/p) + 130$.

Determine o nível de produto dessa economia.

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: $Q = 224.000$. Esse resultado surge a partir do cálculo da demanda de trabalho (que surge de igualar o salário real à produtividade marginal do trabalho) à oferta de trabalho. Assim, temos que: $w/p = 300 - 20 L$ (demanda) que será igual a $20L - 2600 = w/p$ (oferta). Igualando essas duas expressões temos que $L=140$ e substituindo na função de produção temos o resultado.

2. Assuma, agora, que a economia tem a seguinte função de produção:

$$Q = 4 L^{0.5} K^{0.5}, \text{ sendo, a curto prazo, o capital fixo: } K=4.$$

A oferta de trabalho está dada pela seguinte expressão: $L_s = 2 (w/P)$

Mas suponhamos que o salário nominal é fixado pelo governo (como é o caso do salário mínimo no Brasil). Dessa forma, o governo fixou o salário em 4 ($w=4$).

Determine a oferta agregada.

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: como usual, a demanda de trabalho naquele ponto no qual a produtividade marginal do trabalho seja igual ao salário real. Ou seja:

$$4 L^{-0.5} = 4/P \text{ ou } L = P^2$$

Igualando à oferta temos que: $P^2 = 8/P$. Ou seja, $P=2$ e o salário real será igual a 2 ($4/2$). Igualando a produtividade marginal do trabalho a 2 temos que $L = 4$. Substituindo na função de produção temos que $Q = 16$. Ou seja, a oferta agregada é fixa.

3. Assuma o seguinte modelo macro:

- (1) $Y = L$
- (2) Existe um imposto (t) sobre os salários reais (w) instituída pelo governo para financiar a previdência social. Esse imposto é de 40% e é descontado dos salários pagos aos assalariados. Assim, $w_{li} = (1-t)w_{bruto}$, onde w_{li} = salário líquido e w_{bruto} = salário bruto. w = salário real
- (3) $L_s = (10 w_{li}) (1 + w_{li})^{-1}$
- (4) $G = 1,5$
- (5) $C = 0,45 + 0,8 Y_d - 2i$
- (6) $I = 1 - 8i$
- (7) $M_d = 5 + 1,6Y - 10i$
- (8) $MS = 10$

Suponha que a economia se encontre no equilíbrio, mas o governo decide reduzir a alíquota cobrada sobre os salários brutos para 25%.

Pergunta: que impactos essa alteração no imposto teve sobre: a) o produto; b) o emprego; c) o nível de preços; c) os salários nominais; d) os salários reais.

(Esta questão vale 3 pontos)

Resposta: na situação inicial temos que: $Y = 3.75$; $L = 3.75$; W (salário nominal) = 1; $P = 1$; $w = 1$. Depois de alterar o imposto o novo equilíbrio é: $Y = 4.29$; $L = 4.29$; $P = 0.94$; $W = 0.94$; $w = 1$. Ou seja, teve deflação, aumento no nível de emprego e produto, o salário nominal caiu e o salário real permaneceu igual (devido a que a produtividade marginal do trabalho permaneceu constante).

4. Na sala de aula resolvemos diversos problemas sobre modelos de salários de eficiência e situações com problemas de informação. Contudo, essas situações não são exclusivas do mercado de trabalho. Vamos imaginar uma situação comum a vocês: a questão de estudar ou não para uma disciplina. Assumamos que temos duas alternativas: vocês estudam ou não estudam. No caso de estudar, a probabilidade de aprovar Economia do Trabalho é de 75%. No caso de não estudar é de 25%. Suponhamos que a função de utilidade de vocês é:

$$U(w;e) = 100 - 100 w^{-1} - e$$

Onde w é a mesada que seus pais dão para vocês e e é o nível de esforço em estudar. Seus pais têm que regular essa mesada a fim de induzir vocês a estudarem. A variável e assume dois valores: 2, no caso de estudarem e 0 no caso de não estudarem. Assumam agora que $w = 1$ (um Real, ou 1000 Reais, não importa) no caso de vocês não estudarem ou não aprovarem. Ou seja, vocês sabem que tem uma mesada mínima de 1 independentemente do resultado dos estudos.

Vamos agora às situações hipotéticas.

- a) seus pais observam e sabem se vocês estudam ou não. Qual será a mesada mínima a partir do qual vocês serão induzidos a estudar ?
- b) seus pais não observam e, então, não sabem se estudam ou não. Mas eles querem saber o resultado, ou seja, se aprovaram ou não Economia do Trabalho. Qual será a mesada para induzi-los a estudar (ou seja, para induzi-los a estudar a fim de aprovarem).

Cada uma das duas questões vale 1,5 pontos.

Resposta:

a) $EU(w;e) = 0,75 (100 - 100 (w^*)^{-1} - 2) + 0,25 (100 - 100 (1)^{-1} - 2) \geq 0$, onde w^* é o nível a partir do qual vocês são induzidos a estudar. $w^* \geq 1,03$;

b) $EU(w^*;e=1) \geq EU(w^*;e=0)$, ou seja,

$$0,75 (100 - 100 (w^*)^{-1} - 2) + 0,25 (100 - 100 (1)^{-1} - 2) \geq 0,25 (100 - 100 (w^*)^{-1}) + 0,75 (100 - 100 (1)^{-1}) \rightarrow w^* \geq 1,04$$

5. Questão de ANPEC 2012:

“Um trabalhador pode realizar dois níveis de esforço quando contratado por uma fábrica, alto ou baixo. A probabilidade de ocorrerem erros de produção é condicional ao nível de esforço do trabalhador. Se o trabalhador realiza o esforço alto a probabilidade de erro é 0,25 e se o trabalhador realiza o esforço baixo a probabilidade de erro se eleva para 0,75. A função de utilidade do trabalhador é dada por: $U(w;e) = 100 - 10w^{-1} - e$, em que w é o salário do trabalhador e e o nível de esforço, que assume o valor $e=2$, no caso do trabalhador realizar o esforço alto, e $e=0$ no caso do trabalhador realizar esforço baixo. A única oportunidade de trabalho existente no mercado é dada por este posto na fábrica. O valor do produto depende de seu estado, ou seja, se o produto estiver perfeito o fabricante consegue vendê-lo a R\$ 20,00 a unidade e se o produto apresentar algum defeito, devido aos erros de produção, o produto não é vendido e, portanto, seu valor é zero. Sabendo que o fabricante é neutro ao risco e maximiza o lucro esperado conhecendo as restrições do trabalhador, assinale falso ou verdadeiro:

1. O trabalhador irá sempre preferir realizar o nível de esforço baixo.
2. O fabricante irá sempre preferir que o trabalhador realize o esforço baixo, pois o contrato que induz o trabalhador a realizar o esforço alto é muito desfavorável.

3. Caso o fabricante queira que o trabalhador realize o esforço baixo deverá pagar salários distintos para cada estado da natureza, mas inferiores ao contrato proposto no caso de induzir o esforço alto.

4. O salário pago para que o trabalhador realize o esforço baixo é dado por $w = 0,10$. “

(Indique em cada uma das alternativas se a afirmação é verdadeira ou falsa. Não precisa justificar, senão simplesmente dizer se é verdadeira ou falsa. No caso da resposta ser errada desconto 0.25 pontos em cada alternativa. No caso da resposta ser certa dou 0.25 pontos. No caso de não responder não ganha nem perde pontos)

Resposta: F,F,F, V

6. Em um artigo (reproduzido abaixo) publicado no suplemento Ilustríssima da Folha de São Paulo (7/6/2015) sobre o livro de Piketty (O Capital no Século XXI), Hernando de Soto comete um erro primário quando se refere a um parâmetro do mercado de trabalho. Depois identifica um erro cometido por outros. Indique esses erros e assinale porque está errado.

Os pobres contra Piketty

HERNANDO DE SOTO

tradução CLARA ALLAIN

RESUMO Economista peruano, fundador do Instituto pela Liberdade e Democracia, contesta teses de "O Capital no Século 21", de Thomas Piketty. Neste texto, ele sublinha os limites das estatísticas usadas pelo autor francês e diz que "as pessoas não rejeitam o capital e não o combatem - elas o procuram".

Com seu best-seller "O Capital no Século 21", Thomas Piketty chamou a atenção mundial: não porque ele combata a desigualdade –muitos o fazemos–, mas em razão de sua tese central, baseada em uma leitura dos séculos 19 e 20 que ele projeta sobre o século 21: o capital "acarreta mecanicamente desigualdades arbitrárias e insustentáveis" que levam o mundo à miséria, à violência e às guerras.

Essa tese é falsa, como demonstram as pesquisas que realizei com minhas equipes. Nós fizemos algo que nem Thomas Piketty nem ninguém tinha realizado: estudar a miséria, a violência e as guerras do século 21. O que descobrimos contradiz "O Capital no Século 21": as pessoas não rejeitam o capital e não o combatem – elas o procuram.

PRAÇA TAHRIR

Na ausência de estatísticas mundiais confiáveis, o trabalho de Piketty é baseado nos dados oficiais dos países ricos; esses dados ignoram que 90% da população mundial vivem em países em desenvolvimento ou em antigos Estados soviéticos, cujos habitantes em grande medida desenvolvem suas atividades econômicas e seu capital no setor informal, ou seja, fora das estatísticas oficiais.

O grande erro de análise de "O Capital no Século 21" consiste em extrapolar categorias sociais e indicadores estatísticos europeus, em aplicá-los aos países não ocidentais e em tirar deles conclusões mundiais e leis universais. Portanto, suas cifras não refletem o que acontece realmente no mundo.

Essa falha tem consequências que ultrapassam de longe os aspectos meramente contáveis: a violência que explodiu na praça Tahrir, no Egito, em 2011, aconteceu em um país sobre o qual Piketty não dispunha de dados diretos. Um estudo em campo mostra que o capital exerce papel oculto mas determinante nos fatos, papel que a análise eurocêntrica não é capaz de perceber.

A pedido do Ministério do Tesouro egípcio, minha instituição, o Instituto pela Liberdade e Democracia, fez uma pesquisa: 120 pesquisadores, em sua maioria egípcios, exploraram a documentação oficial e recolheram informações para um trabalho de observação em campo, de porta em porta, para confrontar as estatísticas oficiais –cuja confiabilidade era questionável– com a realidade. Descobrimos que 47% da receita anual do "trabalho" no Egito provém do capital: os trabalhadores egípcios ganham US\$ 20 bilhões em salários, mas também US\$ 18 bilhões adicionais graças aos rendimentos de seu capital informal.

Nossas pesquisas mostraram que eles possuem perto de US\$ 360 bilhões em bens imóveis; isso é oito vezes mais que o conjunto dos investimentos estrangeiros diretos no Egito desde a invasão napoleônica. Thomas Piketty não poderia ter descoberto isso unicamente pela análise dos dados oficiais.

REVOLUÇÕES

Piketty se preocupa com o risco de guerras futuras e sugere que elas vão assumir a forma de uma rebelião contra as desigualdades de capital. Talvez ele não tenha observado que as guerras do capital já começaram muito perto da Europa, no Oriente Médio e no norte da África. Se não tivesse deixado de tomar nota desses fatos, ele teria percebido que essas não foram rebeliões contra o capital, como ele afirma, mas pelo capital.

A Primavera Árabe foi desencadeada pela imolação de Mohamed Bouazizi na ex-colônia francesa da Tunísia, em dezembro de 2010. Como as estatísticas oficiais e eurocêntricas classificam como "desempregadas" todas as pessoas que não trabalham para empresas formalmente reconhecidas, não surpreende que a maior parte dos observadores tenha se apressado a descrever Bouazizi como "trabalhador desempregado". Mas essa classificação ignorou o fato de que Bouazizi não era trabalhador, e sim empreendedor, desde os 12 anos, que aspirava sobretudo a ter mais capital ("ras el-mel", em árabe). Nosso sistema eurocêntrico de classificação nos impediu de ver que, na realidade, Bouazizi liderou uma espécie de "revolução industrial árabe".

E não era apenas ele. Descobrimos depois que 63 outros empreendedores da região tentaram suicidar-se publicamente nos dois meses seguintes, inspirados pelo exemplo de Bouazizi. Eles levaram milhões de árabes às ruas, derrubando quatro governos. Em

dois anos, entrevistamos cerca de metade das 37 pessoas que se imolaram e sobreviveram às queimaduras, assim como suas famílias. Todas foram levadas à tentativa de suicídio pela desapropriação do pouco capital que possuíam.

Cerca de 300 milhões de árabes vivem nas mesmas circunstâncias que os empreendedores que se imolaram.

É preciso tirar quatro lições dessas pesquisas. Primeiramente, não é o capital que está na raiz da miséria e da violência, mas a ausência de capital. Em segundo lugar, para a maior parte do mundo não ocidental do século 21, o capital e a mão de obra não são inimigos: são facetas indissociáveis da geração de valor.

Em terceiro lugar, as principais barreiras ao desenvolvimento das populações mais pobres têm sua origem na incapacidade delas de acumular e proteger seu capital. Em quarto lugar, o respeito pelo indivíduo e a coragem de exprimi-lo em alto e bom som não se limitam ao Ocidente. Bouazizi e aqueles que o imitaram são todos Charlie.

CAPITAL FICTÍCIO

Piketty tem razão quando escreve que a ausência de transparência está no cerne da crise que se arrasta desde 2008, mas se engana ao propor um "cadastro financeiro" que incluiria todos os capitais.

Os bancos e mercados europeus estão abarrotados daquilo que Marx e Jefferson chamavam de capital "fictício", ou seja, papéis que não refletem mais nenhum valor real. Hoje, essa ilusão abrange bilhões de euros encaminhados de maneira obscura para produtos derivados, baseados em capitais não rastreáveis ou mal documentados que giram incansavelmente pelos mercados.

Se o crescimento europeu está inanimado, é sobretudo porque ninguém mais sente confiança em todos esses papéis! Um "cadastro financeiro" não teria outra utilidade senão registrar as cifras destituídas de sentido do capital fictício. Para responder aos problemas identificados por Piketty, é preciso, pelo contrário, definir soluções que estejam ligadas aos fatos econômicos, que possam ser ligadas à sua realidade e que permitam separar o trigo capitalista do joio fictício. Para isso, é preciso que o vínculo que une capital a proprietário seja estabelecido em documento formal.

É para isso que servem os títulos de propriedade, que conferem realidade prática a um conceito econômico. Ao contrário dos títulos financeiros, eles são concedidos com rigor, em registros regulamentados, acessíveis ao público, e contêm todas as informações disponíveis sobre a situação econômica de seus detentores e os bens aos quais remetem. Ninguém pode se permitir ser impreciso em relação ao montante de capital que possui.

Como, então, materializar todo o capital a fim de localizá-lo, estabilizá-lo e controlá-lo? Os franceses forneceram a resposta mais apropriada com seu sistema de registro de títulos de propriedade, desenvolvido na época da Revolução Francesa para cobrir as lacunas das práticas anteriores. Sem conseguir acompanhar a expansão rápida dos

mercados, essas práticas anteriores tinham enfraquecido a confiança dos cidadãos, que saíram às ruas para expressar sua frustração.

Os reformadores tiveram então uma ideia de gênio, não procurando reformar o cadastro de um sistema ilegível e confuso, mas criando um sistema radicalmente novo de coleta de dados, certificando-se de que eles refletissem a realidade econômica. É esse caminho que precisa ser seguido novamente.

Nas palavras do reformador francês Charles Coquelin (1802-52), a França conseguiu se modernizar quando, ao longo do século 19, aprendeu a registrar os títulos de propriedade de todos os ativos, de modo a "entender os milhares de elos que as empresas criaram entre elas e, desse modo, socializar e reconfigurar a produção de maneira móvel".

Thomas Piketty tem o coração no lugar certo, mas seus papéis estão nos arquivos errados. O problema do Ocidente no século 21 é o dos papéis sem ativos; em todo o resto do mundo, é o dos ativos sem papéis.

Como lidar com a miséria, as guerras e a violência numa época em que a maior parte dos registros do mundo deixou de representar aspectos cruciais da realidade? A história francesa é um bom ponto de partida.

HERNANDO DE SOTO, 74, economista peruano, é autor de "O Mistério do Capital" (Record). O texto aqui publicado saiu originalmente na revista francesa "Le Point".

(Esta questão vale um ponto)

Resposta: A afirmação que "Como as estatísticas oficiais e eurocêtricas classificam como "desempregadas" todas as pessoas que não trabalham para empresas formalmente reconhecidas" é uma erro primário. As pessoas que estão trabalhando na informalidade estão empregadas. Só são consideradas desempregadas os indivíduos não ocupados e que estão procurando trabalho. Toda pessoa ocupada não será considerada desocupada, não importando qual é o emprego que possua. Mesmo sendo "empreendedor" o indivíduo seria classificado como ocupado. Por outra parte, falar que era desocupado porque era empreendedor não faz o menor sentido.